

ESTÁDIO DO PACAEMBU:

DO PALCO DE EMOÇÕES AO GIGANTE SEM DONO

BIANCA MANZON LUPO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Mestranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP); especialista em Museologia e Colecionismo pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (Febasp); arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

E-mail: bianca.lupo@usp.br.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p107-133>

ESTÁDIO DO PACAEMBU: DO PALCO DE EMOÇÕES AO GIGANTE SEM DONO

BIANCA MANZON LUPO

RESUMO

Propõe-se uma reflexão sobre a inserção do futebol brasileiro nas dinâmicas globais nos anos recentes, suscitando pressões pela modernização de estádios sobretudo a partir da execução de eventos internacionais no Brasil – a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014). Nesse sentido, observa-se a disseminação do imaginário relacionado ao “padrão Fifa” e ao “sonho na nova arena” como desejo de representação da grandeza dos principais clubes brasileiros. Como esse contexto, entretanto, relaciona-se aos interesses associados à preservação de estádios encarados como patrimônio cultural? Para executar essa análise, emerge o caso do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, tombado em nível municipal e estadual, que vem sendo objeto de amplas discussões nas décadas recentes. O artigo pretende aprofundar a análise desses debates, investigando em que medida as intenções de concessão e modernização do estádio, baseadas no argumento da subutilização e dos altos custos de manutenção, incidem sobre o equipamento público, encarado como patrimônio cultural. Para tanto, o estudo se desenvolverá a partir de três aspectos: analisar o Pacaembu enquanto elemento de memória e identidade de grupos sociais; verificar em que medida o interesse de sua concessão é mobilizado de acordo com as dinâmicas dos estádios paulistas e aprofundar o entendimento sobre os debates recentes travados entre órgãos de preservação, administradores públicos, associações de bairro, entre outros agentes envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE

Construções esportivas. Estádios. Campo de futebol. Equipamento urbano.

STADIUM OF PACAEMBU: FROM THE STAGE OF EMOTIONS TO THE GIANT WITHOUT OWNER

BIANCA MANZON LUPO

ABSTRACT

In this article, we reflect on the insertion of Brazilian soccer in global dynamics in recent years, considering the recent international events in Brazil – the Confederations Cup (2013) and the Fifa World Cup (2014). There is a claim for the modernization of most Brazilian stadiums, related to the so-called “Fifa rules” for building stadiums and the “dream of the new arena” as a desire to represent the greatness of Brazilian soccer teams. How does this panorama relates to the preservation of Brazilian stadiums as cultural heritage? To investigate this question, we analyzed the Stadium of Pacaembu, in São Paulo, considered as cultural heritage by Conpresp (1988) and Condephaat (1990). This article will analyze how the modernization and privatization of the Stadium, based on the argument that it is underused and has high maintenance costs, relate to the vision of the stadium as cultural heritage and public equipment. Therefore, this study considers three mainly aspects: the importance of Pacaembu to the collective memory and social identity; how the interested parts in privatizing the stadium handle the dynamics from other important stadiums in the city; and deepening the knowledge on recent debates between preservation agencies, public administration, neighborhood associations and other agents involved with the question.

KEYWORDS

Sport constructions. Stadiums. Football field. Urban equipment.

1 INTRODUÇÃO

Propõe-se para este artigo uma reflexão sobre a inserção do futebol brasileiro nas dinâmicas globais, suscitando pressões pela modernização de estádios nos anos recentes, mobilizada a partir de eventos internacionais sediados no Brasil – a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014) – associados à disseminação do imaginário relacionado ao “padrão Fifa” e ao “sonho na nova arena” como desejo de representação da grandeza dos principais clubes brasileiros, considerando especificamente o contexto paulistano. Entram em foco novos temas, como a gestão empresarial dos clubes e a construção e requalificação dos estádios da cidade. Nesse sentido, emerge o caso do Estádio Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, que vem sendo alvo de grandes polêmicas nos anos recentes acerca das intenções de concessão do estádio, que implicam na execução de projetos de modernização de suas instalações; colidindo, porém, com os interesses de preservação e conservação do edifício, defendidos por seu tombamento em nível municipal pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP, 1988) e estadual pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT, 1998).

Os posicionamentos envolvidos são sintetizados pelos documentários *Pacaembu: o palco das emoções* (FAVORETTO, 2013) e *O gigante sem dono*

(BERCI; MAUES, 2012). A abordagem de Favoretto, baseada num viés histórico, encara o edifício enquanto objeto de memória, apresentando a cronologia dos principais eventos relacionados ao estádio: o loteamento do bairro do Pacaembu pela Companhia City, na década de 1930; a construção e inauguração do estádio em 1940 e os principais eventos esportivos, culturais e cívicos ocorridos nesse equipamento. Por outro lado, a proposta de Berci e Maues sinaliza claramente os embates recentes sobre o Estádio do Pacaembu – relacionados às intenções de modernização e concessão à iniciativa privada do conjunto esportivo, em contraste com os pontos de vista defendidos por representantes dos órgãos de tombamento, da associação de bairros Viva Pacaembu (2001) e do Museu do Futebol (instalado no estádio em 2008).

Diante desses embates, resta a pergunta discutida pelo artigo publicado na revista eletrônica de arquitetura *Vitruvius*: “O que será do Estádio do Pacaembu?” (OKSMAN, 2017). Problematizando a questão, o autor pontua que as intenções de concessão do estádio assumem como pressuposto a crença de que é um espaço subutilizado, que pode ser usado para outras atividades, como shows e eventos, diminuindo os custos públicos e gerando lucro para o setor privado. Contudo, a intenção de modernizar e conceder o estádio ameaça sua função de equipamento público, bem como pode acarretar obliterações indesejáveis no edifício, encarado como patrimônio histórico e cultural.

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo analisar o debate que se configura nas décadas recentes sobre as intenções de concessão e modernização do Estádio do Pacaembu, baseadas no argumento da subutilização e dos altos custos de sua manutenção; investigando em que medida esses interesses incidem sobre o estádio enquanto patrimônio cultural e ameaçando seus usos como equipamento público. Logo, propõe-se a reflexão acerca do papel assumido pelos órgãos de preservação, os quais participam ativamente da elaboração de discursos que enfrentam os limites da lógica de mercado, a qual tende a instrumentalizar a cultura, em contraponto à teoria da impotência, que considera o patrimônio cultural como mercadoria e parte do princípio da despolitização, podendo gerar intervenções que favoreçam mecanismos de exclusão social.

Para tanto, o artigo analisará o Estádio do Pacaembu, considerado como elemento de memória e identidade de grupos sociais; a variação das dinâmicas dos estádios no estado de São Paulo, mobilizando frequentemente propostas de modernização e concessão do Pacaembu; e os debates recentes travados entre órgãos de preservação, administradores públicos, associações de bairro, entre outros. A discussão das propostas de intervenção e dos discursos mobilizados pelos diferentes agentes sociais pretende aprofundar a compreensão dos complexos processos que envolvem a preservação patrimonial na contemporaneidade.

2 O PALCO DE EMOÇÕES: MEMÓRIA E IDENTIDADE

A relevância cultural do Estádio do Pacaembu se associa diretamente ao processo de introdução, popularização e profissionalização do futebol no país, consistindo num dos primeiros estádios de grande porte a serem erguidos no Brasil. Construído entre os anos de 1936 e 1940, o Pacaembu se insere num contexto em que “a popularização do futebol transcende tal prática à condição de um espetáculo de massas, o que suscita investimentos do Estado neste esporte como um símbolo da nação” (BOCCHI, 2016, p. 24), mobilizando a construção de uma série de equipamentos voltados para a prática esportiva no país¹.

O Estádio do Pacaembu foi projetado e construído pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares (WENZEL, 2012), partindo da concepção original idealizada no Departamento de Cultura pelo escritor Mário de Andrade e por Paulo Duarte, durante a gestão do prefeito Fábio Prado (1934-1938). Originalmente, o projeto do complexo esportivo abarcava um amplo programa social e de educação a ser desenvolvido, que continha pista de atletismo, ginásio poliesportivo, piscina olímpica, quadras de tênis,

1. Sobre a construção dos seguintes estádios em nível estadual: o Parque Antarctica (1900), comprado pelo clube Palestra Itália (atual Sociedade Esportiva Palmeiras) em 1920; o Estádio Urbano Caldeira, a Vila Belmiro (Santos, 1916), do Santos Futebol Clube; o Estádio Doutor Oswaldo Teixeira Duarte, o Canindé (1953), da Associação Portuguesa de Desportos; o Estádio do Morumbi, construído pelo São Paulo Futebol Clube (1960). Ao se ampliar o olhar para a escala nacional, observa-se também a construção do Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro, 1950); e a proliferação de estádios pelo Brasil nas décadas de 1960 e 1970 – dentre os quais pode-se citar o Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão (Belo Horizonte, 1965); o Estádio Governador Plácido Castelo, o Castelão (Fortaleza, 1973), o Estádio Jornalista Edgar Augusto Proença, o Mangueirão (Belém do Pará, 1978), entre outros.

salão de festas, vestiários, concha acústica, áreas administrativas, alojamentos e salão para recepções. Foi considerado um impulso efetivo para a consolidação do loteamento do bairro, desenhado pela Companhia City, a partir do conceito de cidade-jardim, no início do século XX. Destacam-se características particulares de sua inserção urbana, como a acomodação das dimensões do estádio ao fundo de vale, conforme o trecho:

Por acaso ou não, o Estádio do Pacaembu materializará, em 1940, esse desejo e essa vocação paulistana: ele vem a ser atualização de um estádio de futebol inscrito em vale. [...] O seu ajuste paisagístico e urbanístico combina a racionalidade dos efeitos arquitetônicos imediatamente visíveis com a sensualidade dos substratos telúricos envolvidos. Encaixado perfeitamente “*nos taludes de uma gruta úmida*” [...], o estádio se aninha no seu entorno, mais do que se ergue sobre ele, ajustando-se elegantemente como um anfiteatro construído num anfiteatro natural [...]. Ademais, a própria marca do pênalti, calculada como o centro exato do semicírculo que compõe a arquibancada norte, a da entrada, é o índice tácito de um projeto em que campo de jogo, arquitetura, geologia e urbanismo integram uma mesma concepção irradiadora (WISNIK apud WENZEL, 2012, p. 23).

Na arquitetura do Pacaembu, pode-se observar o despojamento ornamental, sobriedade, simetria, monumentalidade, ênfase nas linhas geométricas puras e rigor das proporções. Logo, é comumente considerado um exemplar dos estilos *art déco*, protorracionalista ou fascista (WOLFF apud WENZEL, 2012, p. 72) – comumente utilizados na arquitetura pública da era varguista (OLIVEIRA, 2008). Faz-se necessário lembrar que as memórias associadas ao estádio frequentemente recordam eventos culturais e cívicos. Como exemplo, cita-se sua importância nas celebrações do IV Centenário de São Paulo, em 1954-55 (FAVORETTO, 2013), em comemorações de feriados nacionais no período da Ditadura Militar e em manifestações públicas pela redemocratização do país.

Evidentemente, sua importância cultural se associa fortemente, mas não exclusivamente, às memórias do futebol encarado como “fonte de socialização e organizador de identidades” (CANCLINI, 2012, p. 75). O Estádio do Pacaembu foi palco de inúmeros eventos esportivos, em âmbito nacional

e internacional, tendo sediado seis partidas da Copa do Mundo de Futebol em 1950 – incluindo um jogo da seleção brasileira (Brasil vs. Suíça) – e tendo sido espaço de abertura e encerramento dos Jogos Pan-americanos de 1963 (LIMA, 2013).

Em escala estadual e municipal, pode-se observar que o Pacaembu se relaciona a eventos importantes na história das principais equipes paulistas, sendo conhecido como “a casa de todos os clubes” (FAVORETTO, 2013). Conforme aponta o historiador Celso Unzelte (BERCI; MAUES, 2012), é possível periodizar os momentos de maior identificação entre o Estádio do Pacaembu e a memória do São Paulo Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras, Santos Futebol Clube e Sport Clube Corinthians Paulista. Logo, destacam-se alguns fatos de relevância: a aclamação do São Paulo no desfile de inauguração do Estádio diante de Getúlio Vargas, em 1940; o Palmeiras, como o time mais vezes campeão na história do Pacaembu, com 23 títulos (BERCI; MAUES, 2012); Pelé, como o maior artilheiro do Estádio, vestindo a camisa do Santos, com 115 gols (Ibidem) e forte relação entre o Pacaembu e o Corinthians, que ali jogou a maior parte de suas partidas entre os anos 1970 e 2010. Além disso, enfatizam-se eventos recentes ocorridos no Estádio, como a final da Copa Libertadores da América disputada pelo São Caetano, em 2002; sua conquista pelo Santos, em 2011 e pelo Corinthians, em 2012.

A importância do urbanismo, arquitetura, eventos cívicos, sociais e futebolísticos de relevância que ali ocorreram, assim como o vínculo afetivo com a população (WENZEL, 2012, p. 84), fundamenta o tombamento do edifício pelo Conpresp (1988) e pelo Condephaat (1998), considerando:

a importância do Conjunto Esportivo do Pacaembu para a história do esporte paulista, cujas origens remontam a iniciativa de educação pelo esporte de jovens paulistanos, a realização de campeonatos e competições esportivas de caráter nacional e internacional a solenidades cívicas; a qualidade de sua arquitetura e de sua implantação que soube inserir projeto de grandes dimensões na paisagem, respeitando-a e ao mesmo tempo valorizando urbanisticamente o bairro do Pacaembu” (Ibidem, s.p.).

Além disso, foram incluídos no tombamento três elementos urbanísticos localizados nas proximidades do Estádio, conforme consta na inscrição nº322 do *Livro de tombo histórico* (26 ago. 1998): a ponte da avenida General

Olympio da Silveira sobre a avenida Pacaembu; o muro do Cemitério do Araçá, na lateral da avenida Major Natanael, e a Praça Charles Miller.

3 O GIGANTE SEM DONO: A DANÇA DOS ESTÁDIOS PAULISTAS

Diante do contexto apresentado, observa-se que as transformações nas práticas esportivas e das torcidas decorrentes da institucionalização, profissionalização e massificação do futebol no país influenciam diretamente nas dinâmicas de construção, ampliação e remodelação de estádios de futebol brasileiros – nas quais se inseriu a própria construção do Estádio do Pacaembu. Conforme aponta Gabriel Bocchi (2016), nas décadas de 1960 e 1970 observou-se, no Brasil, um processo de agigantamento dos campos de futebol – que levou inclusive à demolição da concha acústica, em 1969, para a introdução de uma arquibancada conhecida como “Tobogã” no Pacaembu. Nos anos 1980 e 1990, a adoção de normas mais rígidas para interiores de estádios implicou em reduções na capacidade de público. A partir dos anos 2000, observa-se a frequente conversão de estádios em arenas esportivas multiúso, sobretudo em razão da candidatura do país, em 2003, pela Confederação Brasileira de Futebol, para a Copa das Confederações (2013) e para a Copa do Mundo (2014). Diante desse contexto, evidencia-se um processo de modernização dos estádios brasileiros, segundo “as novas exigências do futebol contemporâneo, codificadas pela Fifa, concentradas na garantia de conforto oferecida a um público consumidor” (WISNIK apud WENZEL, 2012, p. 26).

Além da adequação da infraestrutura, a construção das arenas multiúso por meio de parcerias com iniciativas privadas vem sendo considerada uma estratégia que alude ao imaginário de grandeza dos clubes e a uma intenção de diálogo com padrões de competições esportivas a nível global; estabelecendo contratos de financiamento e exploração econômica que viabilizam as obras sem onerar os clubes, incluindo mecanismos de venda de ingressos via carteirinhas de sócio-torcedor, utilização do espaço para shows e eventos internacionais, entre outros. Expectativas, demandas e imaginário associado à construção de estádios – que frequentemente se relacionam ao desejo de representação da grandeza dos clubes – contribuem para o condicionamento dos processos de aquisição, reforma e modernização dos demais estádios da cidade, incidindo diretamente sobre os fluxos de utilização do Estádio do Pacaembu.

Embora o fato de ser um estádio municipal tenha conferido ao Pacaembu a particularidade de conjugar momentos importantes para a memória e história dos principais clubes esportivos de São Paulo num mesmo espaço; também esse argumento frequentemente é mobilizado no sentido de atribuir ao Pacaembu uma condição de suposto abandono, sobretudo em face de ampliações, compras ou revitalizações de outros equipamentos esportivos – sendo os casos mais recentes a inauguração da Arena Corinthians, em Itaquera, e a remodelação do antigo Parque Antártica, convertido em Allianz Parque, na Água Branca. Em ambos os casos, os projetos executados desenvolveram a concepção de arenas esportivas contemporâneas.

Entre os anos de 2010 e 2014, o antigo estádio Palestra Itália foi remodelado e convertido na arena multiúso Allianz Parque, concebida para receber esportes, entretenimento e eventos corporativos; alimentando o desejo de construção de “um dos estádios mais modernos das Américas”². Se, durante o período de obras, o Palmeiras concentrou seus jogos no Pacaembu, por outro lado, a reinauguração da arena reduziu o número de partidas da equipe no estádio municipal.

Questão semelhante pode ser observada com a construção da Arena Corinthians, que “dava forma ao projeto corintiano de possuir um estádio de grandes dimensões” (BOCCHI, 2016, p. 21). Desde a década de 1970, em paralelo a diversas tentativas de construção de um estádio particular³, o Pacaembu passou a abrigar grande parte dos jogos do Corinthians. Em 2009, foi alvo de interesse de arrendamento pelo clube (OHATA, 2009). Segundo o trecho:

Tramitava entre os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo um projeto para o arrendamento do Estádio do Pacaembu à iniciativa privada, sob um contrato que tinha como principal interessado o Corinthians. Um projeto de reforma foi apresentado pelo então secretário Walter

2. Ver: <www.palmeiras.com.br>.

3. Em 1978, foi elaborado um projeto de estádio de grande porte do Corinthians em um terreno em Itaquera. Em 1980, propôs-se a reforma do Estádio da Ponte Grande, a Fazendinha, construída pelo Corinthians em 1918, mas que não possuía infraestrutura adequada para sediar as partidas do clube. É possível observar uma série de tentativas que não vingaram para a construção do estádio do Corinthians, como demonstra Bocchi (2016).

Feldman, ao custo de 250 milhões de reais, dos quais 100 seriam obtidos pelo Corinthians por meio de investidores, no entanto a proposta sofreu veto do prefeito em exercício, Gilberto Kassab (BOCCHI, 2016, p. 46).

O projeto em questão, conhecido como “Novo Pacaembu”, previa a cobertura do estádio, o fim do “Tobogã”, o rebaixamento do campo e a criação de estacionamento subterrâneo, camarotes e lojas. Segundo o presidente da Fifa, Joseph Blatter, o Pacaembu modernizado surgia inclusive com possibilidade de sediar a Copa do Mundo de 2014 (THADEU; KRIEGER, 2009). Depois das fracassadas negociações, em 2010 anunciou-se a construção da Arena Itaquera, com o intuito de sediar a Copa do Mundo em São Paulo. A construção do estádio⁴ ocorreu entre maio de 2011 e maio de 2014.

Vale ressaltar que o Estádio do Morumbi também foi cogitado como possível sede da Copa do Mundo, e para tanto elaborou-se um projeto que previa a cobertura do estádio e a criação de uma arena multiúso que poderia ser explorada pelos investidores para a realização de shows e eventos. Contudo, entraves políticos, bem como a dificuldade de adaptar o estádio existente ao “padrão Fifa”, “resistências da oposição são-paulina e falta de dinheiro” (MATTOS, 2014, s.p.) arrefeceram as discussões nesse sentido.

Por sua vez, o Santos também tem apresentado propostas para resolver o problema da capacidade insuficiente do estádio da Vila Belmiro⁵, com a intenção de modernizar seu estádio. Afinal, “Palmeiras e Corinthians construíram suas Arenas e o Santos seria o único grande clube do estado sem um estádio à altura de sua grandeza” (CUNHA, 2015, s.p.). Em 2015, o Pacaembu foi cogitado como alvo de interesse do clube, sendo que tiveram andamento negociações mediadas pelo presidente do Santos, Modesto Roma Júnior (eleito em 2014) para a elaboração de propostas de intervenção no Estádio, dentre as quais se destaca a Arena Santos Pacaembu (Ibidem).

4. A construção do estádio foi viabilizada mediante a articulação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) Ricardo Teixeira e do então presidente do Corinthians Andrés Sanchez, em parceria com a empresa de construção Odebrecht (Ibidem).

5. A Vila Belmiro, atualmente, possui capacidade para 16mil pessoas. Em 2006, com intenções de sediar jogos da Copa das Confederações e Copa do Mundo, o presidente do Santos, Marcelo Teixeira, apresentou projeto de arena multiúso a ser construída em Diadema (VALENTIM, mar. 2006). Outra proposta aventada no ano seguinte, em 2007, foi a de ampliação e modernização do estádio Urbano Caldeira, a Vila Belmiro (LIMA, 2007). Nenhuma dessas propostas foi viabilizada.

As negociações entre a diretoria santista e a prefeitura de São Paulo, tramitadas entre 2015 e 2016, que apresentavam o viés de conceder a gestão futebolística do Pacaembu ao Santos por período determinado, desandaram em prol da proposta de construção de uma nova arena multiúso a cerca de 500 m da antiga Vila Belmiro (VENTURA, 2016), observando-se que “a concessão do Pacaembu não inviabiliza o sonho santista de construir uma arena” (JOÃO..., 2016, s.p.). Em janeiro de 2017, a diretoria do Santos anunciou a impossibilidade de o clube assumir os custos do Pacaembu (SANTOS; MUSETTI, 2017).

O panorama apresentado sintetiza os principais eventos que teceram o cenário da construção e modernização de estádios em São Paulo nos anos recentes, mobilizando desejos de representatividade, grandeza e competitividade dos clubes. A “dança” dos estádios paulistas resvala nos interesses e especulações de intervenções que frequentemente incidem sobre o Estádio do Pacaembu. De modo geral, cada movimento de afirmação de um clube em relação ao estádio próprio ressoa para o Pacaembu como uma possibilidade a menos de utilização – e, com a indefinição de usos, potencializam-se argumentos referentes ao custo oneroso do equipamento público para o município, configurando um discurso da subutilização que incide sobre a necessidade de modernização de suas instalações. Tais propostas frequentemente se associam à intenção de concessão do Pacaembu, fortalecendo a ameaça à permanência e à sua função de espaço municipal e público; além de possibilitarem a descaracterização do bem entendido como patrimônio cultural.

4 O ESTÁDIO DO PACAEMBU: CAMPO DE DISPUTAS

Com a intenção de compreender melhor como se dá a complexa rede de interesses que envolvem as polêmicas atuais sobre os futuros do Estádio do Pacaembu, pretende-se esmiuçar a construção do discurso da subutilização, fundamentado numa crença na ineficiência da gestão estatal e no argumento de que esta não constitui uma prioridade pública. O argumento dos altos custos da manutenção de estádios esportivos e a análise de modelos de gestão a partir de parcerias com a iniciativa privada configura-se como o principal articulador das recentes propostas de concessão do estádio. Conforme o trecho:

Atualmente, a Prefeitura gasta R\$ 9 milhões por ano com a manutenção do estádio. Com a inauguração da Arena Corinthians e do Allianz Parque no ano passado, o estádio irá perder dinheiro com a arrecadação dos jogos e pode se tornar um “elefante branco”, já que era usado principalmente nas partidas de Palmeiras e Corinthians. Sem sua sustentabilidade econômico-financeira, o Pacaembu viraria um transtorno para os cofres públicos (PINHO, 2015, s.p.).

Embora as discussões acerca da subutilização do Pacaembu tenham se acentuado sobretudo nos anos recentes, o desejo de concessão do Estádio Municipal, diante do argumento da impossibilidade de o município conservar e manter seu estádio, configura uma questão de longa data. A análise de artigos de jornal publicados pela *Folha de S. Paulo* permite traçar um panorama das sucessivas investidas que o estádio vem sofrendo desde 1994, durante a gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996), conforme as matérias “Corinthians pode comprar o Pacaembu” (1994) e “Oposição quer barrar a venda do Pacaembu” (ROCHA FILHO, 1994).

Na ocasião, a população se manifestou em dois abaixo-assinados contrários à concessão, o primeiro com 5.251 assinaturas, encaminhado pela Associação dos Moradores e Amigos do Pacaembu e Perdizes; e o segundo com 522 assinaturas, mobilizado por frequentadores do estádio (SANTOS, 2006). Esses eventos implicaram na retomada do pedido de tombamento encaminhado anteriormente ao Condephaat, reaberto em dezembro do mesmo ano, conforme a matéria “Estado tomba Estádio do Pacaembu” (AGOSTINHO, 1994). De acordo com a reportagem, o tombamento pode ser encarado como uma resposta às intenções de concessão manifestadas pela prefeitura, temendo a descaracterização do bem cultural. A necessidade de autorização prévia do órgão para a execução de obras tornaria as possibilidades de concessão menos atrativas, podendo até mesmo “inviabilizar o processo de privatização do estádio, iniciado pela prefeitura há dois meses” (Ibidem, s.p.).

A curto prazo, a medida parece ter sido eficaz no sentido de retardar mudanças na gestão do Estádio Municipal, como indica a matéria “Maluf desiste de vender Pacaembu” (AUGUSTO, 1995). Contudo, o debate acerca dessa questão se manteve vivo nos governos seguintes, sendo retomado durante a gestão de Celso Pitta (1997-2000) – como demonstra a matéria

“Pitta quer privatizar Anhembi e Estádio (1999) – e desarticulado com Marta Suplicy (2001-2004) e José Serra (2005-2006) – conforme “Marta Suplicy descarta promover privatizações” (GOIS, 2000) e “Serra veta projeto que autorizaria privatização do Pacaembu” (SOARES, 2006).

Como iniciativa para potencializar a utilização do Pacaembu, em 2008 foi inaugurado o Museu do Futebol, ocupando a porção frontal do estádio, como demonstra “O Museu do Futebol é inaugurado no Estádio do Pacaembu” (XAVIER FILHO, 2009), a partir de projeto do arquiteto Mauro Munhoz (Associação Casa Azul). Segundo seu depoimento⁶, a parceria entre os órgãos de preservação se mostrou sensível à argumentação e às mudanças propostas pelo projeto, entendido como possibilidade de melhorar a articulação entre o estádio e a praça, potencializando os usos do espaço.

As discussões foram retomadas durante a gestão de Gilberto Kassab (2006-2012). Em 2009, foi criada a Comissão de Estudos para Debates e Discussões sobre a Destinação do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. Conforme consta no relatório final resultante desse processo – o pronunciamento do secretário municipal de esportes, lazer e recreação, Walter Meyer Feldman – sinalizou:

a necessidade de adequação e modernização da qual padece o Estádio, patrimônio municipal, que é bem tombado, para que possa se colocar em condições de uso o custo da reforma e as possibilidades a serem discutidas, relativas ao destino que se pretende dar ao Estádio “Paulo Machado de Carvalho”, quais sejam, manter-se como um equipamento público, gerido e custeado pelo Estado ou abrir-se ao interesse privado, no qual a concessão é hipótese, de forma a garantir os altos investimentos necessários, cerca de R\$ 200 milhões, para a modernização do Estádio (SÃO PAULO, 2009, p. 1).

Na ocasião, foram ouvidos membros representantes do Museu do Futebol, apresentando o modelo de gestão adotado pelo museu via Organização Social (OS), e da Associação Viva Pacaembu, criada em 2001 como voz dos moradores – que apresentaram a defesa do Pacaembu como equipamento de bairro. Nesse evento, o Corinthians manifestou interesse em se tornar

6. Entrevista concedida pelo arquiteto Mauro Munhoz em 16 de março de 2015.

concessionário do estádio, de acordo com Luis Paulo Rosenberg, diretor de marketing do clube. Também participaram da reunião o presidente do Conpresp, o arquiteto José Eduardo de Assis Lefèvre, que abordou o assunto do ponto de vista da concessão e da intervenção física relacionada ao tombamento. O arquiteto esclareceu que as intervenções pretendidas para o estádio seriam avaliadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) para posterior deliberação pelo Conpresp – pontuando a importância da instalação do Museu do Futebol no sentido de potencializar sua utilização e frequência, e defendendo a permanência do Pacaembu como equipamento público na sua integridade.

A conclusão do relatório apontou parecer favorável pela concessão do estádio para a iniciativa privada. A única manifestação em contrário foi proposta pelo vereador Marco Aurélio Cunha, que defendeu a permanência do caráter público do Pacaembu, posicionando-se contra sua concessão a uma equipe em particular. O vereador propôs o estabelecimento de um consórcio entre os principais clubes do estado, que ali jogariam uma partida a cada dois ou três meses. Entretanto, o posterior veto do prefeito Gilberto Kassab à proposta aprovada pela Câmara dos Vereadores adiou, mais uma vez, o desenrolar das intenções de concessão do Pacaembu.

Em 2010, o Decreto Municipal nº 51.387 estabeleceu parâmetros para a apresentação de projetos no que se refere ao estabelecimento de parcerias público-privadas, concessão comum de obras e permissão de serviços públicos, para interessados tanto do setor público quanto do privado. As discussões sobre o destino do Pacaembu voltaram à tona em 2015 (MARETTI, 2015), durante a gestão de Fernando Haddad (2013-2016). Em janeiro, foi executado um chamamento público (SÃO PAULO, 2015) aberto pelo município, solicitando a apresentação de propostas por empresas e associações interessadas na concessão do estádio. Conforme o trecho:

A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação do Município de São Paulo, coadjuvada pela Comissão Especial de Avaliação [...] publica este comunicado para a apresentação, por eventuais interessados da iniciativa privada, de estudos técnicos e modelagem de projeto de concessão para Modernização, Restauração, Gestão, Operação e Manutenção do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho – Pacaembu, de acordo com as exigências estabelecidas neste comunicado (Ibidem, p. 1).

Estabeleceu-se uma série de requisitos para guiar a execução de propostas de intervenção e gerenciamento, incluindo a modernização do centro poliesportivo, a proposição de modelo de exploração comercial do estádio, a restauração e modernização da Tribuna do Prefeito, a manutenção do nome “Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho” e do apelido “Pacaembu”, o uso do campo pelo município em dez datas anuais, o respeito às restrições e determinações contidas no tombamento e a não interferência no Museu do Futebol (Ibidem, p. 3-4). A justificativa de execução do chamamento público, solicitando propostas de soluções arquitetônicas, modelos de negócios e de exploração comercial, perpassa o argumento da subutilização e da necessidade de modernização, conforme demonstra o trecho:

o Pacaembu encontra-se atualmente subutilizado e sem condições técnicas de servir à população da forma como originalmente foi desenhado. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação considera prioritária a concepção de um novo modelo para a gestão do Pacaembu, que envolva a completa modernização do conjunto esportivo, credenciando-o para abarcar competições internacionais e servir de centro de treinamento de esporte, bem como uma gestão eficiente do estádio, retomando inclusive sua vocação como espaço para eventos culturais, tudo isso respeitando-se as restrições do tombamento pelo Patrimônio Histórico e os limites de comodidade da vizinhança (Ibidem, p. 2).

Dentre as exigências técnicas solicitadas pelo comunicado, estão a instalação de 40 mil assentos individuais nas arquibancadas, gramado adequado às dimensões obrigatórias, cobertura do estádio, construção de estacionamento com pelo menos duas mil vagas para automóveis, projeto de iluminação e intervenções em áreas técnicas, de imprensa, piscina e centro esportivo. Em março, foi publicada uma lista oficial, na qual apareciam sete propostas de intervenção: Arcadis Logos SA; consórcio Arena Assessoria de Projetos Ltda. com AGR Projetos e Estruturação Ltda., Castello Branco Lobosco e Gama Advogados; Construcap (CCPS Engenharia e Comércio SA e BF Capital Assessoria em Operações Financeiras Ltda.); Latin United Arenas; Fernandes Arquitetos Associados com SBP do Brasil Projetos Ltda. e Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura Ltda.; Associação

Casa Azul e Associação Viva Pacaembu (SPINASSÉ, 2015a). À exceção das duas últimas propostas, que sugeriram projetos voltados para usos públicos e sociais (HERDY, 2015), as demais possuíam como referencial o modelo “arena multiúso”.

Das sete propostas que inicialmente seriam apresentadas, apenas três desenvolveram seus estudos: o consórcio Arena AGR, Fernandes Arquitetos Associados e Associação Casa Azul (PINHO, 2015). Em paralelo, a mídia continuava veiculando reportagens sobre as incertezas quanto ao futuro do Pacaembu, conforme indicam as matérias: “Abandonado, Pacaembu terá prejuízo recorde em 2015” (NICOLA, 2015); “Pacaembu pode amargar um dos piores prejuízos de sua história” (COLOMBO, 2017) e “Subutilizado, Pacaembu receberá jogos e pode virar casa do rúgbi” (2015).

Em resposta às propostas apresentadas, destaca-se a manifestação de José Eduardo de Assis Lefèvre, em nome do Condephaat, que consta no parecer nº 75.875/2016. Nesse documento, o arquiteto se posiciona contrário às obras propostas pelos escritórios Fernandes Arquitetos Associados e Associação Casa Azul, criticando também o fato de o chamamento público ter sido realizado antes da consulta aos órgãos de preservação, conforme o trecho transcrito a seguir:

Saliente-se ainda, inicialmente, a forma transversa de, ao invés de partir de um quadro preservacionista já cabalmente configurado, com valores e elementos definidos a preservar, abrir um chamamento público para depois consultar o órgão estadual de preservação, colocando-o na posição de impedir uma pretendida ‘modernização’, que se configura na realidade como uma ampla descaracterização do patrimônio tombado nos níveis estadual e municipal (SÃO PAULO, 2016a, p.1).

Como justificativa, Lefèvre indica que a proposta de cobertura das arquibancadas desfigura o caráter aberto do estádio, impactando negativamente na relação entre o interior e o exterior. Além disso, esclarece que o rebaixamento do gramado não é possível de acordo com as resoluções de tombamento integral deliberadas pelo Conpresp e pelo Condephaat, desconfigurando as relações geométricas que caracterizam o projeto e a excelente visibilidade que as arquibancadas conferem ao gramado. Também destaca que o tombamento não é restrito apenas às fachadas externas; mas

que mesmo se assim o fosse, os projetos em questão comprometeriam todas as fachadas, além de prejudicar as relações urbanas do edifício. Outros problemas apontados em seu parecer são a crítica à transformação do “patrimônio cultural” em “patrimônio comercial”, bem como a questão do acesso público ao conjunto esportivo – que atualmente é aberto à população, exceto em casos de competições esportivas.

Rebatendo o discurso da subutilização do estádio, Lefèvre indica que justamente devido à sua configuração enquanto arenas esportivas multiúso, os estádios do Corinthians e do Palmeiras frequentemente têm-se encontrado indisponíveis para jogos, os quais são transferidos para o Pacaembu ainda nos dias de hoje. Nesse sentido, o arquiteto se manifesta contrário à execução dos projetos em questão, primando-se pela

observância dos princípios teóricos consagrados na disciplina de restauro, quais sejam: a identificação e respeito aos valores que conduziram o bem a ser reconhecido como Patrimônio Cultural, respeitar o princípio da mínima intervenção e respeitar o princípio da reversibilidade das intervenções a serem realizadas (Ibidem, p. 1).

Em 1º de janeiro de 2017, quando João Dória assumiu a prefeitura de São Paulo, ele instituiu o Plano Municipal de Desestatização por meio do Decreto nº 57.576/17, incumbindo à Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP) o estabelecimento de diretrizes para a articulação de políticas estratégicas em parceria com o setor privado. Por sua vez, editou o Decreto nº 57.678/17, de 4 de maio, regulamentando o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), de modo a subsidiar a administração pública na estruturação de empreendimentos de concessão.

No mês seguinte, o prefeito encaminhou à Câmara Municipal o projeto de lei nº 1-00364/17, com objetivo de disciplinar a concessão do complexo composto pelo Estádio do Pacaembu e centro poliesportivo. Em paralelo, o município abriu um chamamento público (SÃO PAULO, 2017d) solicitando a apresentação de propostas por empresas e associações interessadas na concessão do Pacaembu, tendo em vista a revogação do chamamento anterior em abril do mesmo ano. É possível observar que o edital do segundo chamamento apresenta caráter mais genérico em relação ao precedente. Embora estabeleça que os estudos preliminares devem estar

de acordo com as determinações dos órgãos de tombamento, não há indicações quanto ao programa a ser desenvolvido pelo projeto, nem exigências de adaptação do estádio às competições internacionais. Outra diferença significativa é que se torna possível a exploração dos direitos comerciais do nome do estádio. Ainda, o texto esclarece que o principal objetivo da concessão é desonerar a administração municipal dos custos dispendidos com a manutenção do estádio.

A Câmara Municipal aprovou em duas votações o referido projeto de lei, permitindo a concessão do estádio para a iniciativa privada (VECCHIOLI, 2017; SETO, 2017), que ainda deve ser sancionado pelo prefeito. Vale ressaltar que as propostas apresentadas em resposta ao chamamento devem ser avaliadas pelos órgãos de patrimônio. Em seguida, os nomes dos consórcios habilitados serão divulgados no *Diário Oficial* e terão 60 dias para entregar seus estudos, que devem ser novamente avaliados pelos órgãos competentes. Posteriormente, deve-se elaborar e publicar o edital de licitação, sendo que o prazo máximo de concessão previsto é de 35 anos, e será permitida a execução de shows, espetáculos e eventos no local.

Essa é uma questão que preocupa os moradores, podendo gerar perturbação ao bairro, conforme explicita a Associação Viva Pacaembu⁷. Também existe a exigência de que o vencedor apresente Projeto de Intervenção Urbanística (PIU) para o entorno, propondo soluções para minimizar eventuais aumentos de tráfego na região, além de manter as gratuidades previstas em lei que existem atualmente. Dentre as manifestações de oposição às decisões em andamento, questiona-se a falta de comprovação dos altos custos de manutenção atribuídos ao estádio. Além disso, os vereadores Antonio Donato e Celso Jatene apontam como problema a aprovação de um projeto genérico. Afinal, “os estudos que tinham que ser feitos antes não estão concluídos. Discutimos apenas uma vaga ideia de projeto. Pode ser bom, pode ser ruim. Aprovou-se uma concessão genérica, sem ideia do conteúdo” (DORATO apud SETO, 2017, s.p.).

7. Disponível em: <<http://www.vivapacaembu.com.br/>>.

5 REFLEXÕES: HÁ ALTERNATIVAS PARA O PACAEMBU?

O contexto apresentado, que gira em torno da ideia de patrimônio entendido como espaço de luta social, “envolto em disputas, reformulações e conflitos” (PINHEIRO, 2016, p. 69), pode ser sintetizado em duas visões antagônicas, que envolvem o olhar sobre o patrimônio, ora encarado como elemento de identidade, ora como mercadoria (Ibidem, p. 74). Logo, apresenta-se a ideia de que o bem cultural é considerado viável de sustentação econômica caso enobrecido e transformado em atração – como mostram as propostas de conversão do Pacaembu em arena multiúso. As discussões giram em torno de momentos em que, conforme o trecho:

O conjunto esportivo teve ameaçada sua permanência ou sua função de espaço municipal e espaço público. Governantes menos sensíveis ao apreço que os paulistanos têm por ele volta e meia pensam em arrendá-lo, vendê-lo para [...] times particulares de futebol, sem muita preocupação com a preservação das características arquitetônicas e urbanísticas que contribuíram para sua consagração (WOLFF apud WENZEL, 2012, p. 82).

Até mesmo no que refere à procura do Pacaembu por equipes privadas, o estádio não parece coincidir com o disseminado “sonho da arena esportiva”. Se por um lado as equipes se identificam em termos de memória com o estádio; por outro, suas características espaciais e arquitetônicas não se associam à referência de modernidade emanada pelas novas arenas que passam a compor o tecido das cidades contemporâneas, não representando adequadamente o modelo de grandeza almejado pelas equipes.

A diminuição do número de partidas disputadas pelos principais times do estado, nutrida pelas dinâmicas de construção e reformulação dos estádios de São Paulo, abre margens para o discurso da subutilização associado à necessidade de modernização e à transferência de sua gestão para a iniciativa privada. Outras soluções, como o incentivo à execução de partidas de outras equipes no estádio, como sugere o artigo “Pacaembu pode ser a ‘casa’ do Flamengo em 2017” (JUNIOR, 2017), que apresentam resultados satisfatórios segundo o autor, não parecem ser consideradas possibilidades efetivas para o problema – que recorrentemente retorna às propostas de modernização e concessão.

No caso analisado, o estudo das fontes indica que o tombamento do complexo esportivo pelo Condephaat (1998) surgiu como ênfase ao prévio tombamento executado pelo Conpresp (1988) em resposta às pressões pela modernização e concessão do estádio que emergiram no início da década de 1990. Deve-se esclarecer, contudo, que o tombamento não incide sobre o uso, nem sobre a gestão; embora nesse caso específico possíveis impedimentos à execução de obras têm-se mostrado como entrave para a venda ou concessão do equipamento à iniciativa privada. Sobretudo no que se refere ao órgão estadual, embora o parecer que justificou o tombamento do estádio tenha considerado aspectos não só arquitetônicos e urbanísticos, mas também elementos relacionados à história e memória da cidade; o argumento técnico-estilístico da descaracterização do bem foi o principal mobilizador dos pareceres contrários às obras de intervenção propostas.

Cecília Rodrigues dos Santos, em “O Pacaembu é do povo, assim como o céu é do avião...” (2006), também aponta a necessidade de ampliar o olhar dos custos de manutenção do equipamento, considerando também os custos sociais e culturais que decorrem desse tipo de operação. Para tanto, sua argumentação faz referência ao artigo 215 da Constituição Brasileira de 1988, no qual se dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” (Ibidem, s.p.). Ela alude inclusive às cartas internacionais que estabelecem doutrinas em relação à preservação de monumentos protegidos, em particular as Normas de Quito (OEA, 1967), ao indicar que

todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Cabe ao Estado fazer com que ela prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares (Ibidem, s.p.).

De acordo com as observações da autora em defesa dos direitos sociais e culturais do cidadão, Silvio Oskman (2017) ainda acrescenta que o problema não se centra no estabelecimento de posicionamentos favoráveis ou contrários ao aporte privado, mas sim no caráter das intervenções propostas e em suas reverberações sociais. Para ele,

Tanto para o Pacaembu quanto para demais casos em que se pretende trazer a iniciativa privada, a discussão deve ser levada do ponto de

vista do melhor para a sociedade. Não pode ser uma conta que leve em consideração apenas valores financeiros em termos como custo e lucro. Se o Pacaembu tiver suas instalações melhoradas, atingir uma parcela maior da sociedade (e público!) e com mais qualidade, e se este processo se mostrar mais viável com o aporte financeiro do setor privado, não parece haver problema. Desde que bem regulada, a concessão pode trazer um grande benefício para a população da cidade. Por outro lado, se a ideia for de vender, fechar as portas para a sociedade e transformar em um empreendimento privado, restrito àqueles que “podem pagar”, daí melhor deixar tudo como está, e que a prefeitura arque com as responsabilidades pela gestão dos seus equipamentos. (Ibidem, s.p.).

O próprio autor enfatiza que a transformação ou construção de estádios que assumem características de arenas multiúso

já sofreu críticas em função do aumento significativo do valor dos ingressos dos jogos, nos casos em que estádios foram transformados em arenas por se tratar de um processo que elitiza os espaços, tirando grande parte do caráter público e de massa que ainda existe no futebol (Ibidem, s.p.).

Além disso, alguns estudos recentes apontam as implicações do chamado “padrão Fifa” em estádios no que se refere a alterações das formas de torcer – não só pelo bloqueio econômico institucionalizado, mas também considerando que

pela normatização do padrão Fifa não é mais possível a prática do torcer em pé, predominante nas torcidas organizadas, notadamente mais efusivas e resistentes à lógica de assistir aos jogos em suas respectivas cadeiras numeradas (VIEIRA, 2015, s.p.).

A postura crítica ao processo de concessão e conversão de estádios em arenas multiúso também é denunciada por Paulo Kliass (2013), ao analisar brevemente os processos ocorridos nos estádios do Maracanã e Pacaembu, destacando a associação do termo “estádio” a uma concepção de atraso; em contraponto às “arenas”, entendidas como símbolo de avanço e progresso. Além dos órgãos de preservação, a Associação Viva Pacaembu

também se posiciona contra a inserção do estádio na lógica mercantil, mobilizando argumentos que oscilam entre a defesa dos interesses dos moradores do bairro de elite, mas que por vezes também evocam o caráter público e social previsto para o complexo. Nesse sentido, recordam-se os artigos “Chamamento Público não devia ter ocorrido” (SPINASSÉ, 2015b), “Associação de moradores é contra a privatização do Pacaembu” (2017) e a própria publicação em seu website:

A Prefeitura de São Paulo lançou um edital para privatizar a gestão do estádio do Pacaembu. Na teoria, uma medida positiva, já que aumentaria sua utilização. Na prática, um ato inócuo. Ou até perigoso. Os três principais times da cidade têm suas próprias arenas. O Santos, que já teve interesse em arrendar o estádio, passa por grave crise. A região é tombada pelo patrimônio histórico e protegida pela lei do silêncio. Difícil imaginar quem se disponha a arcar R\$ 300 milhões em uma reforma para ter um uso limitado do espaço. [...] A privatização, no entanto, se torna um risco para um dos símbolos da cidade. A solução é recuperar sua vocação original: a formação de atletas profissionais e amadores. O Pacaembu sempre teve o caráter acolhedor para os alunos das escolas públicas. É um espaço público [...] (Ibidem, s.p.).

O artigo proposto teve como objetivo elucidar várias formas de olhar para um mesmo objeto – o Estádio do Pacaembu –, evidenciando os principais momentos que sinalizam a passagem de “palco de emoções” ao “gigante sem dono”. No cerne da discussão, entretanto, figura a problemática contemporânea da mercantilização de bens culturais. O instrumento do tombamento, contudo, emerge como uma das vozes de resistência do patrimônio cultural diante dessas demandas – não resultando, porém, em imobilidade, como demonstrou a intervenção autorizada pelos órgãos de preservação do Museu do Futebol (2008). Conforme aponta Ulpiano Meneses (2006):

Nesse contexto, é preciso levar em conta que a lógica do mercado, que pressupõe, por exemplo, a obtenção de lucros, tende a instrumentalizar a cultura; esta, por sua vez, age segundo uma lógica de finalidade, em que a produção do sentido e da comunicação é que constitui prioridade, gerando consciência e resposta crítica, transcendência e enraizamento, reforço e transformação, prazer espiritual e necessidade material. (p. 39).

Logo, o caso do Pacaembu emerge como campo de disputas ainda em andamento; subsidiando, contudo, reflexões de importância sobre o lugar do patrimônio cultural na sociedade contemporânea e as diversas maneiras possíveis de encará-lo e transformá-lo, avaliando as demandas e vozes que incidem sobre o patrimônio encarado como fato social. O olhar atento aos múltiplos e complexos vieses que a questão envolve, contudo, deve ser mobilizado, no sentido de buscar soluções que atendam aos interesses da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Victor. Estado tomba estádio do Pacaembu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/PRCBGq>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO de moradores é contra a privatização do Pacaembu. *Band*, São Paulo, 1 jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/L7isVm>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

AUGUSTO, Cláudio. Maluf desiste de vender Pacaembu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 maio 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/RS92EL>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BERCI, Plácido; MAUES, Pedro; CONDE, Vinícius. *O gigante sem dono*. Documentário. Duração: 30 min. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/3ZbH11>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

BOCCHI, Gabriel Moreira Monteiro. *Do estádio do Pacaembu para a Arena Corinthians: etnografia de um processo de 'atualização'*. 2016. 237 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CANCLINI, Nestor García. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Edusp, 2012.

COLOMBO, Silas. Pacaembu pode amargar um dos piores prejuízos de sua história. *Veja São Paulo*, São Paulo, 1 jul. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/in4yQY>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CORINTHIANS pode comprar o Pacaembu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 set. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/VKynt3>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CUNHA, Odir. Conheça a Arena Santos Pacaembu. *Blog do Odir Cunha*, [S.l.], 9 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/cgCytD>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

DÓRIA quer privatizar Pacaembu. Condephaat faz restrições. *Portal Fórum*, São Paulo, 21 dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Lvkrz6>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

FAVORETTO, Lucas. *Pacaembu: o palco das emoções*. Documentário. Duração: 30 min. 26 nov. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/wyVok6>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

GOIS, Chico de. Marta Suplicy descarta promover privatizações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/eZge4y>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

- HERDY, Thiago. Prefeitura de SP quer privatizar Pacaembu e empresas já apresentam propostas. *O Globo*, São Paulo, 1 jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/TKWzCF>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- JOÃO Dória explica procura do Santos pelo Pacaembu: “gestão futebolística”. *Globoesporte*, Rio de Janeiro, 23 dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/UPaXXW>>. Acesso em: 7 jun. 2017.
- JUNIOR, Gonçalo. Pacaembu pode ser a ‘casa’ do Flamengo em 2017. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/isUGu2>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- KLIASS, Paulo. Raízes da privatização do Maracanã e do Pacaembu. *Carta Maior*, [S.l.], 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/KVGB7T>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- LIMA, Carolina Praça. *Estádio do Pacaembu 70 anos*. Documentário. Duração: 13 min. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/3CCQsH>>. Acesso em: 6 jun. 2017.
- MARETTI, Eduardo. Haddad abre Pacaembu a ‘propostas de concessão’, *Rede Brasil Atual*, [S.l.], 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/u1xyAv>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- MATTOS, Rodrigo. Morumbi só terá ‘padrão FIFA’ com reforma muito mais cara. *Blog do Rodrigo Mattos*, [S.l.], 24 maio 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/8n3r2S>>. Acesso em: 7 jun. 2017.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA et al. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan, 2006. p. 35-76.
- NICOLA, Jorge. Abandonado, Pacaembu terá prejuízo recorde em 2015. *Blog do Jorge Nicola*, [S.l.], 28 jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/w2DvUG>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- OHATA, Eduardo. Pacaembu “corintiano” é polêmica na Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 set. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/8tRiv2>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- OKSMAN, Silvio. O que será do Estádio do Pacaembu? *Vitruvius*, São Paulo, ano 17, n. 203.02., jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/SLZnfu>>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- OLIVEIRA, Marcel Steiner Giglio de. *Arquitetura em São Paulo na era Vargas: O Art Déco e a arquitetura fascista nos edifícios públicos (1930-1945)*. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PINHEIRO, Márcia Leitão; CARNEIRO, Sandra Sá. Revitalização urbana, patrimônio e memórias no Rio de Janeiro: usos e apropriações do Cais do Valongo. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 67-86, 2016.
- PINHO, Márcio. Prefeitura analisa três propostas para modernizar Pacaembu a partir de 2016. *Globo.com*, Rio de Janeiro, 5 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/pmhkgP>>. Acesso em: 7 jun. 2017.
- PITTA quer privatizar Anhembi e Estádio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/dYRQ6s>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- ROCHA FILHO, Antonio. Oposição quer barrar a venda do Pacaembu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/pYwybq>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. O Pacaembu é do povo, como o céu é do avião. *Vitruvius*, São Paulo, ano 6, n. 69.01, abr. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/jSYWyU>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SANTOS, Gabriel; MUSETTI, Lucas. “Não temos mais condições de assumir os custos do Pacaembu”, diz Modesto. *Globoesporte*, Rio de Janeiro, 13 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/vnJBZs>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SANTOS, Michael. Veja imagens do novo estádio do Santos. *A Tribuna*, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/CGfrGw>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

SÃO PAULO (Câmara). *Comissão de estudos para debates e discussões sobre a destinação do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho*. Relatório Final. São Paulo. 28 abr. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/PtxUcs>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. *Parecer* n. 75875/2016. Parecer relativo à consulta a respeito de proposta de modernização e requalificação do conjunto esportivo do Pacaembu mediante concessão de uso a empresas privadas. São Paulo. 30 nov. 2016a.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Processo de Tombamento. Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. n. 2688188, de 13 julho de 1988.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.. Resolução de Tombamento n. 5/98. Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. São Paulo: 21 jan. 1998.

SÃO PAULO (Estado). Inscrição n. 322 no Livro do Tombo Histórico, de 26 de agosto de 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/yUCiDC>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

SÃO PAULO (Município). Decreto n. 51.387, de 8 de abril de 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/ajHWPM>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Chamamento Público n. 1/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/GPLVGB>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Câmara Municipal. Projeto de Lei 01-00364/2017, de 7 de junho de 2017a. Disponível em: <<https://goo.gl/RLVKuB>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

_____. Decreto n. 57.576, de 1 de janeiro de 2017b. Disponível em: <<https://goo.gl/aAgYkZ>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

_____. Decreto n. 57.678, de 4 de maio de 2017c. Disponível em: <<https://goo.gl/89JoHc>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Chamamento Público n. 2/2017d. Disponível em: <<https://goo.gl/8v6jWP>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SETO, Guilherme. Câmara autoriza Dória a repassar Estádio do Pacaembu ao setor privado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/hY5aB1>>. Acesso em: 21 set. 2017.

SOARES, Alexssander. Serra veta projeto que autorizaria privatização do Pacaembu, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jan. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/eZuwJM>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SPINASSÉ, Andrei. Lista de interessados no Pacaembu tem até realizador de festa literária. *Esportividade.com.br*, [S.l.], 26 mar. 2015a. Disponível em: <<https://goo.gl/vNfk81>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Vivapacaembu diz: “Chamamento público não devia ter ocorrido”. *Esportividade.com.br*, [S.l.], 1 abr. 2015b. Disponível em: <<https://goo.gl/xyTs3y>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SUBUTILIZADO, Pacaembu receberá jogos e pode virar casa do rúgbi. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/sTG5dJ>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

THADEU, Bruno; KRIEGER, Rafael. Corinthians cobra agilidade na cessão do Pacaembu; Marco Aurélio Cunha é contra. *UOL Esporte*, São Paulo, 29 set. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/6J54b4>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

VALENTIM, Nilton. Será assim o estádio do Santos em Diadema? *Diário do Grande ABC*, [S.l.], 12 mar. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/5Ciuqh>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

VECCHIOLI, Demétrio. Dória desiste do ‘padrão FIFA’ para concessão do Pacaembu e põe Ginásio no pacote. *UOL Esportes*, São Paulo, 2 jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/vx8wL6>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. No centenário da Vila, Santos lança projeto para nova arena. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 out. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/HeXXEs>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

VIEIRA, Christian Matheus Kolanski. O padrão FIFA e os “estádios brasileiros”. *Gefut*, [S.l.], 30 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/B4SRfb>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

WENZEL, Marianne; MUNHOZ, Mauro. *Museu do Futebol: arquitetura e requalificação no Estádio do Pacaembu*. São Paulo: Romano Guerra, 2012. 224 p.

XAVIER FILHO, Sérgio. O Museu do Futebol é inaugurado no Estádio do Pacaembu. *Veja São Paulo*, São Paulo, 18 set. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/ZGah1Q>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

Recebido em: 22/09/2017

Aprovado em: 08/12/2017